

Internet, Governo Eletrônico, Sociedade e Democracia no Brasil: Algumas Questões Básicas em Debate

José Antonio Gomes de Pinho¹

1. Introdução

Este artigo investiga os limites e possibilidades da disseminação do uso da Internet no Brasil, com suas características históricas de desigualdade que só têm-se aprofundado nas últimas décadas. O artigo discute, mais objetivamente, ainda que de forma preliminar, os entraves para a utilização da Internet de forma política por parte da sociedade frente ao Estado. Diversos estudos têm trabalhado as relações entre Estado e Sociedade enfatizando as dificuldades de transparência por parte do Estado e de uma maior participação de movimentos organizados da Sociedade Civil². Entendemos que a análise dessas relações dentro dos parâmetros da nova sociedade da informação pressupõe um conhecimento mais apurado do uso de computadores e da Internet por parte da Sociedade, bem como sobre o papel do Estado não só na provisão dos equipamentos e redes necessárias como também na instalação de procedimentos de transparência e participação. Assim, precisa-se aprofundar esse conhecimento no sentido de identificar as possibilidades de uso desse instrumental pela sociedade frente ao Estado. Este é um artigo mais baseado em reflexões do que em afirmações peremptórias. Parte-se do pressuposto que esta é uma área nova do conhecimento e não existe ainda um conhecimento teórico solidamente estruturado. Estamos em uma fase histórica onde o empírico corre muito mais rápido à frente do teórico. Os teóricos têm feito um esforço apreciável de reflexão e têm tomado como base o que o empírico vem construindo. Temos visto que esse empírico muda muito rapidamente, intensifica-se muito aceleradamente. Assim, o conhecimento teórico ainda não pode assumir o nível de

¹ Professor do Núcleo de Pós-Graduação em Administração-NPGA/Centro Interdisciplinar de Desenvolvimento e Gestão Social-CIAGS/EA-UFBA - jagp@ufba.br

² No caso brasileiro, esta área tem sido bastante focada dada toda a nossa trajetória de uma sociedade e Estado conservadores onde os parâmetros da democracia deixam historicamente a desejar.

desenvolvimento e assentamento para afirmações mais seguras e “definitivas”. Mas isso não pode ser encarado como motivo de desânimo, muito pelo contrário, é motivo de muita motivação para o desenvolvimento da ciência.

É interessante olhar a obra seminal de Castells (1999) e verificar como ele vai construindo seu trabalho nessa área temática. “A comunicação mediada por computadores (CMC) é muito recente – e foi utilizada de forma bastante restrita até a época de elaboração deste trabalho (1995) – para ter sido objeto de pesquisa rigorosa e confiável” (CASTELLS, 1999, p.382). O autor registra que “algumas das fontes mais precisas originam-se em reportagens jornalísticas” e que dada a aceleração das mudanças tecnológicas “boa parte da pesquisa disponível da década de 80 não mais se aplica às tendências sociais dos anos 90” (CASTELLS, 1999, p.382). Se isso era verdadeiro nos anos 90, o é mais ainda nestes primeiros anos do milênio, pois não só prosseguem essas mudanças como estas se têm aprofundado mais ainda, tornando precário e mutável o conhecimento estocado na área. Ao se propor analisar “os atributos culturais emergentes do processo de interação eletrônica, o autor afirma a necessidade de se voltar para o “escasso material empírico existente sobre o assunto” (CASTELLS, 1999, p.381). Em outras palavras, estamos em uma área onde o empírico em grande parte conduz à produção de conhecimento e a ele vai-se atrelando o desenvolvimento teórico. O campo empírico é muito dinâmico e determina o rumo da pesquisa. Hoje, passados dez meros anos das afirmações de Castells (que, aliás, prossegue em suas investigações), já se está em uma posição menos desconfortável para afirmações mais duradouras, mas, mesmo assim, os processos têm que se afirmar mais para ensejar construções teóricas mais sólidas.

Assim, o objetivo do artigo é explorar os condicionantes da Sociedade no uso do instrumental do computador e da Internet. Como a Internet pode contribuir para a aceleração e consecução dos propósitos de construção de uma sociedade mais ativa politicamente? Objetiva também o artigo investigar se e como podem contribuir esses dispositivos, diretamente ou indiretamente, para esse propósito e como pode caminhar a sociedade para o questionamento do Estado, das políticas governamentais mais especificamente. O artigo tem, como afirmado anteriormente, um conteúdo essencialmente teórico, especulativo, não se detendo na análise de nenhum estudo de caso, objetivando contribuir para o assentamento teórico que está sendo construído nessa área.

2. Computadores e Internet

Um primeiro passo a ser dado na construção acima enunciada corresponde a entender o papel do computador e da Internet no mundo e na vida contemporâneos. Os computadores revolucionaram todas as áreas da atividade humana. Junto com a Internet, os computadores têm promovido uma mudança radical nas áreas de produção, consumo, serviços, intercâmbio e nas relações entre os seres

humanos. Seus efeitos fazem-se sentir na área da ciência, da saúde, educação, lazer, transporte, atividades de todos os tipos nas últimas décadas do século XX e apontam para um campo de possibilidades de aprofundamento imenso neste começo do século XXI (para não irmos muito além). Um título de livro expressa bem o que está sendo tratado, sem necessidade de comentários adicionais: “O manifesto da economia digital – o fim dos negócios como nós conhecemos” (LEVINE, LOCKE, SEARLS, WEINBERGER, 2000). Nos anos 80, quando da difusão acelerada da tecnologia de informação, supunha-se que esta fosse “a ferramenta mágica” para reformar e transformar a empresa industrial (CASTELLS, 1999, p.189). A Internet não é mais uma promessa, já é algo consolidado e em expansão exponencial. Pode-se observar uma mudança significativa na realização de negócios através da Internet, nas formas de propaganda e marketing, nas possibilidades de consumo, como também em outras esferas da atividade humana como a educação, saúde, lazer, conhecimento enfim. Como a Internet passou a ser o meio de comunicação à distância mais utilizado, ela permeia todas as relações sociais, econômicas e políticas, mas isso não significa que seja necessariamente capaz de modificar substancialmente essas relações. Pode-se identificar um “choque entre duas escalas de tempo, aquela da mudança técnica (uns 20 anos) e aquela dos comportamentos sociais, muito mais lentos para se constituir” (WOLTON, 2000, p.93). A Internet aprofunda tendências já existentes na sociedade capitalista contemporânea, mas não existem indicações de que seja “um fator de transformação radical da estrutura social, do sistema de estratificação e das normas e valores da sociedade” (SORJ, 2003, p.41). Castells é mais ambicioso ao afirmar que emergiu “um novo modo de desenvolvimento, o modo informacional, onde a fonte de produtividade encontra-se na tecnologia de geração de conhecimentos, de processamento da informação e de comunicação de símbolos” (CASTELLS, 1999, p.35).

O desenvolvimento e avanço da Internet associados às tecnologias de comunicação ocasionam, no que tange ao interesse desse artigo, dois efeitos diretos: 1. *no setor público*: melhoria nos processos governamentais, oferta de serviços de melhor qualidade e quantidade, possibilidade de uma maior transparência na prestação de informações das atividades do governo, facilitação da vida dos cidadãos, entre outros; 2. *na sociedade*: possibilidade de maior acesso às informações do Estado, maior grau de formação e articulação de grupos dentro da sociedade, possibilidade de maior cobrança de serviços, em qualidade e quantidade, ao setor público, bem como transparência nas ações deste.

Esses efeitos dependem inicialmente da chamada *exclusão digital*, exclusão de parte significativa da população do uso de computadores e conseqüentemente de acesso à rede, por problemas de renda, de capacidade de consumo. Antes de discutir mais detidamente esses problemas, cabe uma discussão mais de base das questões associadas ao uso dos computadores e da Internet, principalmente por parte de populações de mais baixa renda, a maioria, em nosso País. As novas tecnologias não devem ser vistas nem como “panacéia” para os problemas de desigualdade, mas devem ser situadas como “uma das

condições fundamentais da integração na vida social” (SORJ, 2003, p. 14). Tomando algumas favelas do Rio de Janeiro como objeto de análise, Sorj defende que os moradores das favelas “compartilham as expectativas de usufruir dos mesmos bens que as classes médias já possuem” (SORJ, 2003, p.18). Em uma pesquisa sobre o acesso ao telefone celular, foi constatado como este se constitui em um instrumento central para melhorar as perspectivas de renda e trabalho das populações desses assentamentos (SORJ, 2003, p.20). Ampliando o caso do telefone celular para as novas tecnologias de comunicação, aí incluída a Internet, ainda cabe observar que do mesmo modo que “certas tecnologias podem transformar os sistemas produtivos (...) certos produtos de consumo, especialmente aqueles que estão embebidos de tecnologia, afetam os mais diversos padrões de sociabilidade” (SORJ, 2003, p.25). Apesar de todas as críticas feitas à sociedade de consumo, a maioria dos produtos de consumo dentro de uma determinada sociedade são “úteis”, pois “potencializam a qualidade de vida e a interação social” e aqueles que ficam à margem do uso desses produtos sentem-se em situação de “ostracismo social” (SORJ, 2003, p.27). Assim, é justo, normal, natural e adequado que todos os grupos sociais tenham acesso a esses bens de consumo: “Possuir um endereço e-mail equivale a possuir um endereço de moradia (um local onde a pessoa “pode ser localizada”). No futuro, mas já em parte no presente, a falta de um endereço e-mail condena as pessoas ao isolamento social. Cada vez mais possuir um endereço na Internet será condição de cidadania” (SORJ, 2003, p. 42).

Um outro aspecto, extremamente importante, merece análise. “A nova onda de produtos telemáticos possui características novas, ou menos presentes na antiga onda de produtos de consumo de massa” (SORJ, 2003, p.31), sendo além de interativa (como o telefone) também pró-ativa o que faz com que seu uso e possibilidade dependam da “capacidade intelectual do usuário, em particular de sua formação educacional” pressupondo, no mínimo, a alfabetização do usuário e de sua “capacidade intelectual de selecionar, analisar, compreender e avaliar a informação disponível” (SORJ, 2003, p.32). Assim, as desigualdades existentes podem-se aprofundar e o instrumento ter seu potencial limitado no momento em que “para o usuário com limitada competência analítica a Internet é um instrumento de informação, para o usuário com maior capacidade analítica e de aprendizado a Internet é um instrumento de conhecimento” (SORJ, 2003, p.32).

Experiências concretas de programas de inclusão digital têm apontado, como obstáculos ao uso da tecnologia de informação, o nível de escolaridade que leva à capacitação para uso das tecnologias e o conteúdo oferecido (GUARNIERI, 2003, p.223). Uma pesquisa feita em 2002 no município de São Paulo “mostrou que 60% das pessoas não se sentem preparadas para utilizar a Internet. A questão da capacitação é, portanto, fundamental para a inclusão digital. Essa questão é ainda mais preocupante quando se trata de um público de mais idade, que costuma apresentar maior rejeição à tecnologia” (GUARNIERI, 2003, p.225). Quanto ao conteúdo, o maior problema é que este está em inglês e o

disponível em português se destina às classes A e B. Outro fator relevante refere-se ao fato de que “a maioria dos sites privilegia o caráter unidirecional da informação” (GUARNIERI, 2003, p.225).

Alguns outros fatores contribuem para dificultar a ampliação do acesso à Internet para grupos de mais baixa renda. Assim, à medida que o Estado for ampliando serviços através da Internet e isso se generalizar, cria-se “uma divisão crescente entre cidadãos com e sem acesso” (SORJ, 2003, p.71). Um outro fator refere-se aos conteúdos da Internet que se orientam, em geral, para usuários de classe média, “principal mercado consumidor” (SORJ, 2003, p. 71) das propagandas dos sites que não levam em conta suas “necessidades culturais e socioeconômicas” (SORJ, 2003, p.72).

Também Castells envereda por argumentos desse tipo afirmando que a CMC (Comunicação Mediada por Computadores) “não é um meio de comunicação geral nem o será em um futuro próximo. Embora seu uso se expanda em ritmo fenomenal, a CMC ainda excluirá a maior parte da humanidade por um longo tempo, ao contrário da televisão e outros meios de comunicação de massa” (CASTELLS, 1999, p.382). Em suas previsões, a CMC ficará “sob o domínio de um segmento populacional instruído nos países mais desenvolvidos, contados em dezenas de milhões, porém ainda representando uma elite em escala global” (CASTELLS, 1999, p.382). Essas previsões têm que ser relativizadas para o bem e para o mal. O espantoso desenvolvimento da tecnologia, bem como o barateamento relativo dos equipamentos e o desenvolvimento de soluções alternativas podem dar uma amplitude à disseminação das tecnologias de informação, como, aliás, já vem ocorrendo nos últimos anos com os telefones celulares mais precisamente. De qualquer forma, restringindo nosso foco ao Brasil, uma camada apreciável de sua população, ao que tudo indica, ainda ficará de fora do âmbito dessas novas tecnologias, como tem ficado de bens muito mais básicos, mas podendo-se perceber já uma tendência de incorporação crescente de novos grupos de mais baixa renda nos contornos dessa nova sociedade da comunicação.

Adentrando, agora, por alguma evidência empírica, a experiência do *Viva Rio*, no Rio de Janeiro, detecta uma “*enorme* procura dos moradores das favelas por cursos de informática e acesso à internet e as experiências com os Clubes de Informática, (...) indicaram ao Viva Rio a possibilidade de transformar a Internet no meio de comunicação tanto com os moradores das favelas como com a imprensa e demais segmentos da sociedade” (CASTELLS, 1999, p.115)³ (ênfase acrescentada). O Viva Rio criou as chamadas Estação Futuro, locais de acesso à internet em favelas e bairros populares e de oferecimento de cursos de informática: “Nos primeiros dias do lançamento da primeira Estação Futuro, mais de 250 pessoas se inscreveram nos cursos e, em muitos momentos, formam-se filas para o acesso à Internet, no valor de R\$1,00 por meia hora de uso”. (CASTELLS, 1999, p.125). Todas essas indicações

³ O Viva Rio é um movimento da sociedade civil que visa um trabalho social com favelas no Rio de Janeiro além de prover a imprensa com notícias que mostrem um outro lado dessa realidade social.

mostram com existe um desejo reprimido de conhecer o computador e conectar-se com a Internet, que podem ser considerados símbolos de modernidade, mesmo para grupos de baixa renda⁴. Os números são impressionantes quando se fala em formação: cerca de 7000 alunos formados em 2002, sendo 2000 na favela da Rocinha (CASTELLS, 1999, p.127). Visando combater a exclusão digital, o Viva Rio concebeu o Clube de Informática que em 1998 capacitou 6200 jovens. A ONG Viva Rio, com o sucesso do empreendimento passou a investir no tema capacitando, em média, 20 mil alunos por ano (CASTELLS, 1999, p.138). Mais uma vez esses dados mostram a pujança desse empreendimento, indicando que havendo oferta existe uma resposta ativa. Vale observar que várias outras iniciativas nesse sentido em bairros populares têm-se disseminado no Brasil, incorporando digitalmente diversos grupos de baixa renda.

Uma pesquisa realizada em 2002 no município de São Paulo indicou que “90% dos moradores de bairros periféricos sabiam o que é a Internet, 81% achavam que ela poderia melhorar suas vidas, 50% destes achavam que poderia melhorar muito, mas apenas 3% tinham acesso regular a ela” (GUARNIERI, 2003, p.225). Mas, o mais importante que esses dados mostram, é que há um interesse explícito em se adequar ao mundo contemporâneo ao buscar o conhecimento de ponta em áreas de populações de baixa renda, marcadas por vários tipos de exclusão, onde a exclusão digital é apenas a forma mais atualizada de suas exclusões.

Pesquisas de 1993 e 1995, nos EUA, indicavam que a maior parte dos usuários da internet nos EUA era de alta renda, verificando-se que a CMC “começa como o meio de comunicação do segmento populacional mais instruído e de maior poder aquisitivo dos países mais ricos e, freqüentemente, nas áreas metropolitanas maiores e mais sofisticadas” (GUARNIERI, 2003, p.383). Por outro lado, argumentava o autor que “em um futuro próximo, o uso da CMC se expandirá... alcançando proporções substanciais do mundo industrializado: não será um fenômeno exclusivo das elites...” (GUARNIERI, 2003, p.383), “(...) mas provavelmente incapaz de atingir grandes segmentos da massa sem instrução, bem como países pobres” (GUARNIERI, 2003, p.383/4). O que se nota é que também no mundo não plenamente industrializado esse processo tem avançado, ou melhor, tem-se imposto, não dando para ficar de fora de todo esse processo, como todas as indicações apontam.

3. Movimentos Populares Contemporâneos e o Uso da Internet

Não tendo condições (espaço e tempo) para desenvolver os rumos dos movimentos populares no Brasil, nos anos 90 e neste começo de novo século, o que demandaria um esforço considerável, vamos

⁴ “Pelas ruelas da favela muitas crianças que normalmente gastariam esse valor com balas e nos fliperamas distribuídos pelos bares locais já preferem gastar seu dinheiro acessando a rede. Sem condições financeiras, alguns

recorrer a uma síntese adequada feita por Sorj. Como se sabe, os anos 70 e 80 foram anos de expansão da chamada sociedade civil e da formação de muitas associações que se apresentavam como “movimentos sociais de um novo tipo, críticas do antigo clientelismo e desconfiadas dos partidos políticos” (GUARNIERI, 2003, p.97). Nos anos 80, por outro lado, toda a estrutura do tráfico de drogas em várias cidades do País torna-se um poder e a instituição central, e as associações desenvolvem um novo curso, pois “muitas das lideranças comunitárias se atrofiaram, e à qual se subordinaram ou se associaram” dado o risco de vida que corriam.

Mesmo antes de serem dizimadas pelo tráfico, tais associações começaram a perder seu impulso com os governos democráticos, pois foram colonizadas por partidos políticos e órgãos estatais, que, sob a justificativa de parcerias com as instituições locais para o desenvolvimento de infra-estruturas, transferiram-lhes importantes recursos que se transformaram em fonte de conflitos internos e novos clientelismos externos. (GUARNIERI, 2003, p.97).

Uma outra mudança identificada foi a ascensão “vertiginosa” de grupos evangélicos, mudando a valoração de uma parte da população que passou a privilegiar “a concentração pessoal no trabalho e na família” e nas “obras” da sua igreja, “condutas, portanto, distantes do espírito coletivista e ecumênico dos movimentos de base” (GUARNIERI, 2003, p. 97). Como se percebe, houve uma mudança apreciável nos movimentos e nas associações de moradores de bairros pobres. Ainda que essa análise esteja centrada mais no Rio de Janeiro, a propagação tanto do tráfico de drogas como dos grupos evangélicos, quase de uma forma generalizada nas grandes cidades brasileiras, torna este painel bem adequado para o diagnóstico contemporâneo da questão no cenário brasileiro.

Nesse contexto, podemos colocar a questão das tecnologias de comunicação e informação, como a inserção do computador e da Internet em bairros populares, e como os movimentos sociais respondem a esse novo conjunto de atores e situações. Mas, antes disso, vale registrar que antes mesmo da chegada da Internet tem-se verificado “uma radicalização do processo de individualização” no qual o indivíduo não se sente mais “pautado pelos valores tradicionais ou nas normas, instituições e ideologias da modernidade (pátria, partidos, trabalho, família patriarcal)...” (SORJ, 2003, p.38). A telemática, ao inserir o indivíduo no contexto do mundo de informações globais e ao proporcionar o aumento de seus contatos com diversas redes sociais, “participa do processo de radicalização do individualismo, na medida em que o desvincula do contexto local, aumentando suas possibilidades de inserção nos mais diversos tipos de mundos significativos” (SORJ, 2003, p. 39).

É de se perguntar, assim, como ficam os movimentos populares frente a esta nova situação. Estariam eles imunes a esses processos? Cabe ainda levar em conta que as redes eletrônicas “não

substituem as redes constituídas nas relações face a face, que continuam a ser a principal fonte de relações de confiança e afeto” (SORJ, 2003, p.42). Não dá para negar que a Internet permite “a intensificação do intercâmbio e a diversificação das redes sociais, mas isso não tem sido suficiente, até o momento, para substituir ou modificar os laços sociais que se estabelecem na convivência direta...” (SORJ, 2003, p.42). Um paralelo pode ser traçado pela questão da Internet na educação, ela “pode ser complementar, mas não substitui a função do professor” (SORJ, 2003, p. 46).

Pela palavra (e emoção) do professor a criança obtém os instrumentos intelectuais que lhe permitirão desenvolver o raciocínio e a autonomia analítica, fundamental, inclusive, em tempos de Internet, já que a disponibilidade de uma quantidade praticamente infinita de informação pode ser quase tão paralisante quanto sua carência (SORJ, 2003, p.46).

Acreditamos que estas reflexões podem ser transpostas para o caso do uso da Internet (obtenção e troca de informações, acesso a redes, etc.) dos movimentos sociais em áreas de baixa renda, onde a presença e a posição da liderança comunitária ainda deve ser central. Nesse sentido, um grupo de 25 lideranças comunitárias, de diversos projetos do Viva Rio, reivindicou, em 1996, um espaço para o fortalecimento dos direitos de cidadania que, posteriormente, veio a se consubstanciar no Balcão de Direitos: “Cada núcleo do Balcão de Direitos conta com um Agente de Cidadania. Para ser um Agente de Cidadania é preciso ter liderança e ser conhecido e respeitado em sua própria comunidade” (SORJ, 2003, p.158). Essa experiência confirma a importância da questão presencial e do papel tradicional da liderança, não podendo ser substituídas pelos procedimentos dos computadores e da rede.

4. Fazer Política com a Internet

Anteriormente registramos as possibilidades que se abrem com o instrumental da Internet para os governos, no sentido de aumentar a eficácia, eficiência, transparência de suas políticas e ações bem como para a sociedade no sentido de pressionar os governos para maior e melhor oferta de serviços e maior transparência das ações governamentais, mais democracia enfim. Assim, “a Internet é relacionada a uma nova forma de fazer política, dissociada ou à margem do Estado, pelo fortalecimento das redes da sociedade civil” (SORJ, 2003, p.49). Não existem, no entanto, até o momento, “elementos suficientes que confirmem qualquer suposição sobre o impacto da Internet na política” (SORJ, 2003, p.49), sendo identificadas duas leituras opostas sobre suas conseqüências, uma otimista e outra pessimista. Para os otimistas, estaríamos prestes a uma transformação radical da democracia representativa em democracia plebiscitária (SORJ, 2003, p.49) permitindo o aumento da participação dos cidadãos nas decisões dos governos, possibilitada pelo voto eletrônico. Além disso, a Internet permite “radicalizar a democracia, criando um novo espaço público construído em torno de uma sociedade civil que se organizará à

margem do Estado” (SORJ, 2003, p.57). Para os pessimistas, “a nova sociabilidade virtual destrói as bases da interação que permite a construção do espaço público e aumenta a capacidade de controle da população pelo Estado” (SORJ, 2003, p. 49). Para estes, “a Internet destrói as relações face a face, que seria a única fonte de comunicação capaz de gerar grupos sólidos e estáveis, com memória histórica (no lugar do mundo atemporal da Internet), que seria a única base possível de sustentação de uma vida pública e de ação política constante”. Nesse contexto, seria facilitado o controle crescente do Estado e das empresas sobre os cidadãos (SORJ, 2003, p. 57).

Ainda que se possa contrapor a organização em rede à organização piramidal, se as redes virtuais “se multiplicaram e mudaram o funcionamento das organizações piramidais” ainda “está longe de fazê-las desaparecer” dado que “a criação das redes virtuais não elimina a materialidade do mundo...” (SORJ, 2003, p.55). Assim, ainda que “a Internet desterritorializa no sentido de permitir intercâmbios em escala global, os espaços territoriais continuam a ser tão importantes, ou mais do que nunca (...)” (SORJ, 2003, p.56).

A expansão da CMC tem sido visualizada através do sistema educacional e sua “esmagadora proporção de atividades” ocorre no trabalho ou em situações afins, assim como nas atividades bancárias e nas comunicações interpessoais (CASTELLS, 1999, p.384). A política também tem sido identificada como área de utilização da CMC através do correio eletrônico para difusão massificada de propaganda política com possibilidade de interação. Identifica-se também uma promoção da democracia local através de experimentos de participação eletrônica dos cidadãos onde estes debatem questões públicas e transmitem suas opiniões ao governo, como no caso da cidade de Santa Mônica nos EUA (CASTELLS, 1999, p.385).

Em meados da década de 90, já se identificava a existência de milhares de comunidades virtuais, fenômeno este que avançava e avança aceleradamente em escala global. Essas comunidades organizam-se em torno de “um interesse ou finalidade compartilhados, embora algumas vezes a própria comunidade se transforme em objetivo...” (CASTELLS, 1999, p. 385).

Ainda não se conhece o grau de sociabilidade existente em tais redes eletrônicas nem quais são os efeitos culturais dessa nova forma de sociabilidade”, sendo possível destacar o caráter efêmero dessas redes do ponto de vista dos participantes onde “a maior parte das contribuições para a interação é esporádica, com a maioria das pessoas entrando e saindo das redes para atender às mudanças de interesses e expectativas não-satisfeitas. (CASTELLS, 1999, p.386).

O que estas afirmações atestam é o pouco que se conhece sobre esse novo fenômeno e os caminhos que ele aponta. De qualquer forma, a identificação do caráter efêmero dessas redes indica uma forma de sociabilização fragmentada, não contínua, que seria um perfil que essas redes estariam

assumindo onde nem sempre são os mesmos atores que estão presentes, diferindo essas experiências dos movimentos sociais dos anos 70 e 80, dado esse caráter fragmentário dos participantes.

A partir da segunda metade dos anos 90, um novo sistema, chamado Multimídia, se cristaliza a partir da junção da mídia de massa personalizada com a comunicação mediada por computadores (CASTELLS, 1999, p.387). O novo sistema “estende o âmbito da comunicação eletrônica para todo o domínio da vida: de casa a trabalho, da escola a hospitais, de entretenimento a viagens” (CASTELLS, 1999, p.387), com ênfase no sistema de entretenimento dado o interesse empresarial. Uma pesquisa feita nos EUA com 600 adultos para localizar o interesse de uso da multimídia para “acesso à informação, questões comunitárias, envolvimento político e educação que para mais opções de programações televisivas e filmes” (CASTELLS, 1999, p.391) revelou uma valorização de usos políticos: “57% gostariam de participar de assembléias populares por via eletrônica, 46% queriam usar o correio eletrônico para enviar mensagens a seus deputados; e cerca de 50% valorizaram a possibilidade de voto eletrônico” (CASTELLS, 1999, p.391).

Uma outra experiência bastante relevante no contexto internacional refere-se à Cidade Digital de Amsterdã (DDS), implantada em janeiro de 1994, onde havia um esforço consistente de construir transparência por parte dessa municipalidade, facilitando o acesso à documentação municipal e deliberações relevantes do conselho municipal e onde os residentes “expressavam seus sentimentos, formulavam suas opiniões, organizavam protestos e votavam em propostas” (CASTELLS, 2003, p.121). O grau de inserção na DDS foi impressionante, mostrando um crescimento assombroso de 4000 usuários em 1995 para 50000 em 1998 e 140000 em 2000, congregando não só residentes locais como de fora (CASTELLS, 1999, p. 121). No que interessa ao foco deste trabalho, vale resgatar que, no período inicial (1994-97), “os usuários participavam da construção da cidade, e envolviam-se em debates sobre sua administração, bem como sobre questões políticas mais amplas” (CASTELLS, 1999, p.124). Com o tempo, a DDS acabou enfrentando problemas, e teria sido vítima de seu próprio pioneirismo, pois teve que competir com outros websites que foram surgindo, alguns até da própria cidade de Amsterdã (CASTELLS, 1999, p.124). Detectou-se também uma outra causa, uma “grande discrepância entre o suprimento e o uso de informação”. No caso da política, “havia muito mais suprimento que uso; enquanto na categoria da tecnologia da informação havia mais uso que suprimento”. Em termos especulativos, tudo isso estaria a indicar que “a maioria dos usuários estava mais interessada em informação sobre tecnologia do que em política” ou que “o *input* em debates políticos estava muito alto” (CASTELLS, 1999, p.124). De qualquer forma, foi constatado que “o nível de atividade nos fóruns políticos declinou com o correr dos anos e em 2000 muito pouca atividade desse tipo era visível” (VAN DEN BESSELAAR, 2001 apud CASTELLS, 2003, p.125). Alguma especulação adicional pode ser aqui agregada. Parece que a experiência deu certo enquanto era uma novidade, motivando vários usuários

para participar e expressar seus pontos de vista, ainda em um período em que a web estava engatinhando. À medida que esta se desenvolveu e imensas oportunidades se abriram, parece que a experiência da DDS deixou de despertar interesse e engajamento e entrou em crise. Um outro fator para essa crise também é apontado. Ainda em 1995, bem no seu início, a DDS virou uma fundação assumindo uma estrutura gerencial (CASTELLS, 2003, p.124). Na seqüência, “o sucesso da DDS, de par com a explosão da Internet, e o súbito interesse comercial que despertou criaram profundas contradições entre os ativistas idealistas que estavam na origem da rede e os administradores da fundação” (CASTELLS, 2003, p.125). O interesse comercial parece ter vencido “os objetivos originais da rede comunitária” (CASTELLS, 2003, p.126). “Em poucos anos, houvera uma mudança radical dos sonhos da comunidade eletrônica para o mundo cruel de uma empresa ponto.com em crise” (CASTELLS, 2003, p.126).

Castells aponta ainda, no desdobramento da DDS, outras experiências que se concretizaram “tentando encontrar uma fórmula para combater o ceticismo político” (CASTELLS, 2003, p.127) imperante entre os cidadãos. No entanto, as experiências existentes mostram que as potencialidades e possibilidades democratizantes da Internet não se tem concretizado dado que “a maioria dos estudos e relatórios descreve um quadro melancólico – com a possível exceção das democracias escandinavas” (CASTELLS, 2003, p.128). Os governos usam a Internet não mais do que como “um quadro de avisos”, o mesmo acontece no Legislativo onde os parlamentares respondem aos e-mails de forma protocolar, como no caso do Reino Unido investigado em 2000 (CASTELLS, 2003, p.128), assim como também a utilização por parte da sociedade de informações políticas instaladas na rede tem sido “marginal” (CASTELLS, 2003, p.128). O papel e o potencial da Internet, no entanto, tem que ser relativizado, pois “seria surpreendente se a Internet, por meio de sua tecnologia, invertesse a desconfiança política profundamente arraigada entre a maioria dos cidadãos no mundo todo” (CASTELLS, 2003, p.129). Mais ainda, dada a “crise generalizada de legitimidade política” imperante no mundo contemporâneo, e a “indiferença dos cidadãos por seus representantes, poucos se apropriam do canal de comunicação interativo, mutidirecional, fornecido pela Internet, de ambos os lados da conexão” (CASTELLS, 2003, p.129). Assim, por um lado, os políticos “divulgam suas declarações e respondem burocraticamente”, enquanto os cidadãos “não vêem muito sentido em gastar energia em indagações políticas, exceto quando atingidos por um evento que desperta sua indignação ou afeta seus interesses pessoais” (CASTELLS, 2003, p.129). Em outras palavras, o problema não estaria na Internet especificamente, mas na própria “crise da democracia” (CASTELLS, 2003, p.129). Ainda assim, Castells mantém seu otimismo, pois entende que a Internet tem condições de quebrar o espaço da mídia que hoje “forma o espaço da política”, ao fornecer “um canal de comunicação horizontal, não controlado e relativamente barato, tanto de um-para-um quanto de um-para-muitos” (CASTELLS, 2003, p.129).

Trazendo essa discussão para o Brasil e para o período ainda mais recente, e recorrendo novamente à experiência exemplar do Viva Rio, podemos tirar alguns elementos importantes. Com a instalação das Estações Futuro “houve uma mudança comportamental nos hábitos de muitos moradores” identificando-se uma “grande” procura por sites de companhias de serviços públicos para “fazer reclamações e pedir serviços” (SORJ, 2003, p.126). Os dados apresentados indicam também uma procura muito grande, por parte de jovens e adolescentes, por salas de bate-papo, jogos e entretenimento assim como sites religiosos, como evangélicos. Observa-se também uma grande demanda por cursos de digitação e Web Design assim como para pesquisas escolares por parte das crianças. Também foi desenvolvida uma rádio comunitária que colocou seu conteúdo de programação – problemas e necessidades das populações mais pobres do Rio – na internet. A rádio comunitária também foi usada, no período próximo às eleições pelos juízes do Tribunal Regional Eleitoral para organizar debates de modo a conscientizar a população sobre a importância do voto (SORJ, 2003, p.126-129). Outro destaque do Viva Rio tem sido o Clube de Informática que tem desenvolvido qualificação de mão-de-obra pelo oferecimento de diversos cursos profissionalizantes através do computador (SORJ, 2003, p.139). “No portal Viva Favela, o link para “empregos” é um dos mais acessados. As oportunidades, sempre atualizadas, ganham destaque juntamente com as matérias e artigos sobre o mercado de trabalho” (SORJ, 2003, p.147). Para combater o desemprego foi formada uma parceria com a CAT (Central de Apoio ao Trabalhador). Para superar as longas filas na sede da CAT, no bairro de São Cristóvão, a Internet tornou-se um recurso para oferecer informações e cadastramento aos trabalhadores a respeito de vagas para emprego (SORJ, 2003, p.148). O Viva Rio também realizou compras com grandes atacadistas através do comércio eletrônico na Internet, projeto visto por seus idealizadores como um dos “mais criativos” no uso da Internet “para melhorar a qualidade de vida da população urbana de bairros pobres” (SORJ, 2003, p.151).

A análise de todo este arsenal de informações e realizações indica uma participação relativamente baixa de ações políticas *stricto sensu*, ressaltando-se mais ações voltadas à procura por emprego, à formação profissional, à melhoria das condições de consumo pela população local, à formação educacional e ao lazer e entretenimento. Outros estudos têm mostrado que os programas de inclusão digital existentes eram ao início mais direcionados ao “foco da profissionalização”, passando a incorporar atualmente a “ampliação da cidadania” bem como começam a se voltar para o “fomento da inteligência coletiva local ou nacional” (SILVEIRA, 2003, p.33). Na pesquisa já citada no município de São Paulo em 2002, foi solicitado dos entrevistados a atribuição de importância a cada um dos temas de um conjunto listado. Os resultados indicaram a seguinte valoração para usos da internet: 1. Marcar consultas, informações sobre saúde: 81%; procurar emprego: 79%; informar-se ou reclamar sobre serviços públicos: 75%; fazer cursos por computador: 60%; operações bancárias: 58%; fazer boletins de

ocorrência ou procurar informações sobre FGTS: 53%; fazer trabalho de escola: 53%, fazer matrícula em escola: 51%; comércio eletrônico: 49% e conhecer ou se comunicar com outras pessoas: 48%. (GUARNIERI, 2003, p.226). Novamente, são usos legítimos da Internet e esses usuários estão explorando devidamente o potencial que esta oferece para facilitar a vida dos cidadãos e aprofundar contatos e conhecimentos através da comunicação eletrônica. Não se percebe, no entanto, nesses indicativos a valorização de atividades de cunho político propriamente dito, predominando muito mais interesses voltados à esfera privada.

Isto tudo poderia nos levar à conclusão de que a política faz pouca parte da vida dessas comunidades, o que deve ser relativizado considerando, por um lado, uma compreensão mais ampla da política que não se cinge à atividade política propriamente dita de caráter partidário, mas deve ser ampliada no sentido de ser entendida como uma série de movimentos não diretamente políticos que leva, ou pode levar, a uma maior conscientização e ação políticas no futuro. É o caso do acesso à educação, que pode proporcionar maiores níveis de conhecimento e formação que conduzam a uma maior inserção política. Por outro lado, essas ações ao serem desenvolvidas coletivamente podem levar à formação de um *animal coletivo* que pode vir a brigar politicamente por causas mais estritamente políticas.

Um argumento contrário, porém, também deve ser esgrimado. Essas mesmas informações poderiam indicar que existe um forte individualismo presente nessas ações, ainda que objetivem causas mais coletivas e, assim, estariam impregnadas de toda uma lógica na qual se baseia o próprio sistema capitalista, principalmente em sua fase presente, neoliberal. Neste sentido, devemos atentar para as dramáticas transformações que têm marcado o capitalismo com a assunção do capital financeiro como fração hegemônica do capital, onde “as relações sociais entre capital e trabalho sofreram uma transformação profunda” (CASTELLS, 1999, p.502), podendo-se identificar que a “mão-de-obra está desagregada em seu desempenho, fragmentada em sua organização, diversificada em sua existência, dividida em sua ação coletiva” (CASTELLS, 1999, p.502). Enquanto o capital “tende a fugir em seu hiperespaço de pura circulação”, “os trabalhadores dissolvem sua entidade coletiva em uma variação infinita de existências individuais” (CASTELLS, 1999, p.502). Podemos entender essas colocações feitas para o trabalho e o papel dos trabalhadores nesse contexto também para o papel dos cidadãos buscando mais interesses individuais do que coletivos, identificando-se esta fragmentação e individualização.

No entanto, apesar desses alertas, devemos ponderar que o grau de deterioração, de exclusão social tem sido tão forte e tão intenso no Brasil nos últimos anos que a luta parece ter-se restringido **mesmo** às questões de sobrevivência. Essa situação tem sido reforçada com a inserção do tráfico que tem bloqueado as portas para os movimentos populares nos moldes mais tradicionais. Apesar de todas as dificuldades e impedimentos, em alguns casos, “lideranças renovadoras surgem no interior das favelas,

em geral de jovens que conseguiram certo nível de qualificação educacional, que reivindicam para si a capacidade de serem os autênticos porta-vozes da comunidade” (SORJ, 2003, p.170).

A experiência dos telecentros do município de São Paulo revela que um dos “principais fatores de sucesso do projeto tem sido o envolvimento das comunidades. É um projeto muito sensível à dinâmica das forças sociais locais. Geralmente, o Telecentro funciona melhor em localidades com lideranças atuantes e com um grupo de usuários que ajuda a divulgar, proteger, fiscalizar, definir regras de uso... dos equipamentos” (GUIMARÃES, 2003, p.239). Um outro aspecto também tem que ser levado em conta: a construção do conhecimento em rede. “A Internet possibilita o diálogo de muitos para muitos. Há muito espaço para um trabalho integrado, conjugado ou sincrônico dos Telecentros e, para isso, a Internet pode ser uma grande aliada” no sentido do “encontro coletivo de soluções”, sendo identificado, porém, um problema no fato de que o “trabalho em rede envolve uma cultura de trabalho a que não estamos habituados” (GUIMARÃES, 2003, p.252), representando este um impedimento à busca de movimentos de caráter mais coletivo.

Os elementos até agora arrolados permitem algumas conclusões. Ainda que existam muitos problemas, alguns estruturais como a alfabetização, parece configurar-se uma tendência de expansão das tecnologias de informação (e principalmente de comunicação, vide o crescimento espantoso do número de telefones celulares) e de incorporação das massas mais pobres e menos instruídas aos parâmetros da sociedade da informação, haja vista o grande número de iniciativas de disseminação das tecnologias de informação em bairros populares. Parece haver uma sede por saber tecnológico que pode conduzir a uma apropriação dessas tecnologias por essas populações. Evidentemente não se visualiza no curto prazo qualquer tendência de superação radical desse apreciável déficit digital.

5. Governo Eletrônico, Transparência, Participação e Sociedade no Brasil

Até agora apresentamos uma discussão mais de fundo das características da sociedade da informação e da comunicação, das possibilidades de uso da Internet por populações principalmente de baixo nível de renda e de instrução, além de uma discussão, de caráter mais periférico, dos movimentos populares no Brasil contemporâneo e o uso da Internet por parte dos cidadãos. Agora vamos para o outro lado do balcão. Vamos verificar o que está acontecendo com o governo eletrônico. Por governo eletrônico se entende a recorrência a equipamentos e procedimentos de informática e de comunicação eletrônica para disponibilizar informações e serviços para a população de uma dada jurisdição, bem como a adoção desses elementos para melhorar a eficiência do governo. Estudos até agora realizados sobre governo eletrônico têm apontado não só a recorrência à tecnologia como forma de aumentar a eficiência do governo (em seus diferentes níveis), mas também, o que é bastante sensível no Brasil, uma oportunidade de aumento da transparência e de participação da sociedade civil no governo. Os poucos

estudos existentes, mas que vêm crescendo apreciavelmente nos últimos anos, contemplam tanto um desenvolvimento teórico como estudos de casos de experiências em andamento. Os estudos indicam o estágio ainda embrionário desses desenvolvimentos, mas, ao mesmo tempo, apontam “janelas de oportunidades” para o avanço da democracia em nosso País (RUEDIGER, 2002).

Uma das formas mais usuais de implantação de governo eletrônico tem sido a instalação de portais, como que concretizando todo o esforço dos governos nessa área. Uma análise de portais governamentais no Brasil, cobrindo portais estaduais e das capitais dos estados observados, indicou que os portais dispõem de adequadas condições tecnológicas, disponibilizam serviços à população, promovem alguma interação entre governo e cidadãos, mas uma interação mais ativa e maiores preocupações com a *accountability* não existem nos portais governamentais, em geral (AKUTSU; PINHO, 2002). Os autores atribuem essa situação à condição histórica do patrimonialismo que ainda impera na sociedade brasileira onde os detentores do poder não se sentem na obrigação de prestar contas à sociedade. Os autores ainda argumentam que esses resultados “devem ser interpretados com cautela, pois os portais de governo são ainda recentes, e tanto os governos quanto a sociedade ainda não estão preparados para utilizar de maneira plena o potencial da rede mundial de computadores” (AKUTSU; PINHO, 2002, p.743). Essa constatação converge com muito do que foi argumentado anteriormente. De modo a checar esta situação, uma nova investigação foi feita nos mesmos portais um ano depois, constatando-se que pouco havia mudado nesse período de um ano. Essa descoberta foi relativizada para os governos estaduais que tiveram mudança de governantes, mas causou uma certa decepção quanto à área municipal, das capitais observadas, que não tiveram mudança de dirigentes, pois se atribui um grande dinamismo a essa área tecnológica. Mesmo relativizando que no setor público ocorre um certo conservadorismo e maior lentidão nas decisões, não se verificou um aumento na busca de democratização dos portais e, portanto, dos governos. Novamente, a causa dessa situação deve ser buscada na estrutura patrimonialista da formação brasileira que conjuga tanto um componente de *atraso*, que seriam mais as estruturas políticas, quanto um componente *moderno*, apresentado por essa busca de atualização tecnológica e de adoção de parâmetros dos países mais desenvolvidos bem como no caráter histórica e intrinsecamente fraco da sociedade brasileira (PINHO; AKUTSU, 2003).

Pesquisa mais aprofundada em nove portais estaduais (dos Estados com maior PIB do País e o DF) indicou que a grande maioria dos portais não constrói nenhum espaço institucional ou disponibiliza qualquer forma de acompanhamento ao cidadão dos seus projetos por via eletrônica: “Verificou-se que as informações prestadas são muito superficiais, incompletas e genéricas, sem qualquer demonstrativo financeiro ou cronograma de execução, distanciando-se muito de uma transparência efetiva e/ou mostrando que o próprio poder público parece não acreditar na utilização do recurso da comunicação eletrônica” (PINHO; IGLESIAS; SOUZA, 2006). Os casos analisados mostram que

estamos longe da implantação de uma cultura de prestação de contas efetiva usando a comunicação digital (ou qualquer outra forma, na verdade), revelando que os governos, em geral, ainda se comportam de maneira tecnocrática, insulados de suas respectivas sociedades e, mesmo nos casos em que a participação existe, “esta parece ser muito mais uma figura de retórica” (PINHO; IGLESIAS; SOUZA, 2006). Os portais não recorrem ao uso das tecnologias de informação para promover interatividade com a sociedade, ainda que essa tecnologia esteja disponível. Duas possibilidades podem ser apontadas para essa situação: “não está introjetada na consciência dos governantes a idéia e necessidade de prestação de contas de suas atividades à sociedade” assim como inexistente “uma sociedade mais ativa e cobradora das atividades governamentais” (PINHO; IGLESIAS; SOUZA, 2006). Esse dois aspectos reforçam-se dialeticamente, pois um “espírito de intransparência permeia os mais diferenciados partidos e quadros ideológicos praticamente não se detectando diferenças entre eles” (PINHO; IGLESIAS; SOUZA, 2006) assim como os poderes executivos em geral.

Quanto aos demonstrativos de execução do cronograma físico-financeiro das ações governamentais, os portais analisados não disponibilizam qualquer informação desse tipo, indicando novamente a ausência de prestação de contas e informações desse tipo à sociedade: “Não há qualquer justificativa por parte dos entes governamentais para a não apresentação dessas informações o que pode ser interpretado como ausência de uma cultura de transparência, uma resistência histórica a ser transparente” (PINHO; IGLESIAS; SOUZA, 2006). Apenas informações da execução orçamentária referente a exercícios anteriores são disponibilizadas nos portais investigados, o que parece indicar que é mais fácil e, talvez, menos comprometedor falar do passado do que do presente, havendo assim “uma predisposição para prestar contas do passado, mas uma dificuldade em fazê-lo no que se refere ao presente, ao que está em andamento” (PINHO; IGLESIAS; SOUZA, 2006), ao que está sendo feito.

A pesquisa mencionada também investigou como se dá a participação da sociedade junto aos governos através de procedimentos eletrônicos, constatando que existe um canal de comunicação entre a sociedade e o poder estadual, sendo o formulário eletrônico o canal por onde vazam as demandas da sociedade. Não se sabe, no entanto, se estas chegam diretamente aos responsáveis, ou se perdem em uma “vala comum”. Estão implantadas ouvidorias bem como a disponibilização de contatos (e-mail, formulários eletrônicos, telefone), indicando “um movimento positivo no sentido de estreitar relações com os cidadãos” (PINHO; IGLESIAS; SOUZA, 2006). No entanto, não há muita clareza nos procedimentos, dado que o interessado não sabe exatamente a quem está se dirigindo. De uma maneira geral, identificou-se que falta efetivamente aos portais interatividade, diálogo com a sociedade, o que seria a maior vantagem que toda essa tecnologia de informação possibilita: “De qualquer forma deve-se observar que tudo isto implica na montagem de uma nova cultura do serviço público, de uma nova

cultura política na verdade, que se defronta com toda uma cultura de fechamento à cidadania” (PINHO; IGLESIAS; SOUZA, p.2006).

Também quanto à discussão das políticas públicas (gestão de recursos ou programas de governo) em sua fase de elaboração, nenhum portal disponibiliza qualquer mecanismo de interação para discussão de políticas públicas com a sociedade, indicando que a idéia de participação está longe de se concretizar, não se recorrendo ao potencial que as tecnologias de informação contêm, mantendo-se os antigos procedimentos da administração tecnocrática, insulada da sociedade.

Quanto à avaliação de serviços públicos por parte dos cidadãos, constatou-se nos portais apenas declarações de *boas intenções* quanto à participação dos cidadãos, não se localizando nada de mais concreto e efetivo, evidenciando que “ainda não vinga no Brasil a idéia ou uma cultura de avaliação do serviço público, estando este praticamente impermeável à ação da sociedade” (PINHO; IGLESIAS; SOUZA, 2006), sendo os discursos da transparência, participação e avaliação mais retórica do que efetiva realização.

O que se pode argumentar agora é que, além dessas condições apontadas, e frente a uma sociedade ainda politicamente pouco estruturada, o que é oferecido nos portais é o que o governo entende que deve mostrar. E o que ele vai mostrar é dialeticamente marcado pela que a sociedade exige ou demanda dele. Pelas informações anteriores, por todos os processos anteriormente descritos, não há um movimento alentador no sentido de alteração substancial desse equilíbrio. Por outro lado, uma investigação abordando municípios fora das capitais, mas com processos políticos mais democráticos, abertos e maduros pode indicar um quadro mais favorável e animador. Castells, em que pese seu otimismo, tem, agora, ao que tudo indica, uma posição um pouco menos animada sobre a Internet que poderia ser “um instrumento de participação cidadã extraordinário”, mas “os governos, as administrações, os partidos políticos confundiram a Internet com um quadro de anúncios” (CASTELLS, 2003, p.279). O autor pontua que as administrações limitam-se a expor dados, mostrando o que fazem, mas não existem muitos exemplos de administrações interativas com os cidadãos. Como isso se refere ao mundo desenvolvido, se, por um lado, nos consola, pelo menos, por outro, mostra os limites de um instrumento que muitos pensaram como redentor e absolutamente ou intrinsecamente democrático. Agre entende que a Internet “oferece a esperança de uma sociedade mais democrática. Através da promoção de uma forma descentralizada de mobilização social, diz-se que a Internet pode nos ajudar a renovar nossas instituições e nos libertar de nossos legados autoritários” (AGRE, 1997, p.114). Realmente, neste caso espera-se muito de um *mero* instrumento! Mas, o mesmo Agre abrandava essa colocação mostrando o outro lado da moeda ao afirmar que a Internet “detém essas possibilidades, mas elas não são absolutamente inevitáveis” (AGRE, 1997, p.114), mais que isso, ela pode se transformar em “instrumento de opressão” e de centralização do poder (AGRE, 1997, p.114).

6. Conclusões

Ainda que estejamos em meio a um processo que corre aceleradamente e muda de configuração com muita rapidez, ainda assim podemos tirar algumas conclusões, na dimensão do tamanho e possibilidades de um artigo. Assim como em outras áreas de pesquisa, também na tecnologia de comunicação e informação, com destaque para a Internet, têm-se os pensadores/formuladores otimistas e os pessimistas. Não é possível fazer repousar na tecnologia de forma isolada um caráter que ela não pode possuir, pois existe uma distância enorme entre o que promete e o que ela efetivamente pode entregar (“deliver”), isso porque a tecnologia não é neutra, ela é apropriada social e politicamente. Assim, em primeiro lugar (e por isso toda a discussão de fundo), a realização das oportunidades proporcionadas por essas tecnologias vai depender, fundamentalmente, do estágio de desenvolvimento político de cada país. No caso do Brasil, marcado pelo patrimonialismo (ou neopatrimonialismo), onde o conceito de transparência só nos últimos anos começa a ter validade, encontramos um Estado bastante resistente à abertura para procedimentos democráticos, a participação em especial. Por outro lado, as experiências internacionais têm mostrado também um quadro pouco animador, mas precisaríamos de muito mais elaboração trazendo outros elementos para afirmações mais peremptórias. De outro lado, tem-se uma sociedade, que não pode ser mitificada como *locus* do “bem”, das “boas intenções” frente a este Estado dado, que também é formada na mesma matriz patrimonialista. Assim, observa-se um processo de mudança que se acelera a partir dos anos 70 objetivando conduzir a superação desse atraso histórico.

Ao lado dessa característica de caráter estrutural do Brasil, soma-se dialeticamente a inserção das novas tecnologias de comunicação e informação, mexendo fortemente com praticamente toda a população. Ainda que um país com as peculiaridades do nosso (desigualdades sociais fortíssimas, atraso político e relativamente baixo desenvolvimento econômico), o Brasil responde a esse novo estágio tecnológico e do capitalismo e da ordem mundial de uma forma animadora, ao mobilizar fortemente grupos de mais baixa renda no sentido da apropriação das novas tecnologias (não é a tecnologia pela tecnologia, mas por tudo que representa de inserção social, econômica e mesmo política) assim como de ONGs e até do próprio Estado (aí com diferenciados níveis de iniciativa). O lado pessimista, mas também relativizado, reside em enxergar poucos movimentos estritamente políticos por parte de setores populares através do uso dessas tecnologias. Quanto à investigação de uma possível mudança de movimentos populares a partir da inserção dessas novas tecnologias, sente-se a necessidade de pesquisas mais específicas sobre o assunto.

Referências

AGRE, Phil. Criando uma cultura da Internet. Dossiê Informática/Internet. **Revista USP**. São Paulo, n. 35, Set/Nov, 1997.

AKUTSU, Luiz; PINHO, José Antonio G. de Sociedade da Informação, *accountability* e democracia delegativa: investigação em portais de governo no Brasil. **Revista de Administração Pública - RAP**. São Paulo, v.36, n. 5, set/out. 2002.

CASTELLS, Manuel. **A Sociedade em rede**. São Paulo: Paz e Terra, 1999.

_____. Internet e sociedade em rede. In: MORAES, Denis de (org.). **Por uma outra comunicação**. Rio de Janeiro/São Paulo: Record, 2003.

_____. **A galáxia da Internet – reflexões sobre a Internet, os negócios e a sociedade**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2003.

GUARNIERI, Fernando. A experiência do acesso São Paulo. In: SILVEIRA, Sérgio Amadeu da; CASSINO, João (org.). **Software livre e inclusão digital**. São Paulo: Conrad Editora do Brasil, 2003.

GUIMARAES, Thiago. A luta pela inclusão digital: experiências e perspectivas dos telecentros em São Paulo. In: SILVEIRA, Sérgio Amadeu da; CASSINO, João (org.). **Software livre e inclusão digital**. São Paulo: Conrad Editora do Brasil, 2003.

LEVINE, R.; LOCKE, C.; SEARLS, D.; WEINBERGER, D. **O Manifesto da economia digital**. – o fim dos negócios como nós conhecemos. Rio de Janeiro: Campus, 2000.

PINHO, José Antonio Gomes de.; AKUTSU, Luiz. Governo Eletrônico, Sociedade Civil e democracia: revisitando Portais de Governo no Brasil. **Anais do IX Colóquio Internacional de Poder Local**. NEPOL. Escola de Administração. UFBA. Salvador, 2003 (disponível em meio eletrônico).

PINHO, José Antonio Gomes de; IGLESIAS, Diego; SOUZA, Ana Carolina P. de. Portais de Governo Eletrônico no Brasil: muita tecnologia e pouca democracia. XXX ENCONTRO NACIONAL DOS PROGRAMAS DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ADMINISTRAÇÃO. **Anais...** Salvador, 2006.

RUEDIGER, Marco Aurélio. Governo Eletrônico e Democracia – uma análise preliminar dos impactos e potencialidades na gestão pública. **Revista Organizações & Sociedade**. Salvador, v. 9, n. 25, set/dez. 2002.

SILVEIRA, Sérgio Amadeu. Inclusão digital, software livre e globalização contra-hegemônica. In: SILVEIRA, Sérgio Amadeu da; CASSINO, João (org.). **Software livre e inclusão digital**. São Paulo: Conrad Editora do Brasil, 2003.

SORJ, Bernardo. **Brasil@povo.com**. a luta contra a desigualdade na sociedade de informação. Rio de Janeiro: Zahar; Brasília: UNESCO, 2003.

WOLTON, D. **Internet, e depois?** uma teoria crítica das novas mídias. Porto Alegre: Sulina, 2003.

Resumo

Este artigo objetiva discutir as questões referentes à inserção de novas tecnologias de comunicação e informação e como mais especificamente grupos populares entendem e respondem a elas. A discussão passa, ainda que de forma breve, pela necessidade da inserção em um mundo moderno, contemporâneo por parte desses grupos. É dado um destaque à percepção e ao uso da Internet e das formulações teóricas a respeito desse instrumento, conformando dois grupos de analistas: os otimistas e os pessimistas. O artigo contempla uma análise tanto do ponto de vista de percepção da sociedade desta nova sociedade de informação, como do ponto de vista do Estado. Neste sentido são analisadas experiências baseadas no Brasil no âmbito da sociedade civil bem como na esfera do Estado, com ênfase na avaliação de portais governamentais. O artigo recorre a algumas experiências internacionais no sentido de investigar e fundamentar como correm estes processos em contextos mais desenvolvidos para poder, então, situar e relativizar as experiências no contexto brasileiro. Em termos de resultados, não se localizam nas experiências em curso na realidade brasileira avanços significativos, no sentido de avanço da democracia através do uso das novas tecnologias de informação e comunicação, em especial a Internet.

Palavras-chave: Internet. Governo eletrônico. Democracia. Sociedade.

Abstract

This article intends to discuss some questions concerning the introduction of new technologies of communication and information looking at, particularly, the way popular segments understand and answer to them. This discussion claims, although briefly, to consider the insertion of these groups in the modern world. The paper develops a theoretical framework based on the existence of two groups of researchers: the optimistic and the pessimistic. The article searches to develop an analysis from the point of view of the society as well as the state choosing governmental sites as empirical object. The paper searched the international literature in order to compare the situation in the most developed countries with the results found in the Brazilian context. It was observed a restrict advance of the democracy in the field of virtual communication, mainly the internet in the Brazilian governmental sites.

Keywords: Internet. E-gov. Democracy. Society.